

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO PROCESSO DE REVITALIZAÇÃO CULTURAL PATAXÓ NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA KIJETXAWÊ ZABELÊ

Autor: Paulo de Tássio Borges da Silva¹
Orientadora: Maria Geovanda Batista

RESUMO: Tendo como vistas analisar a Educação Escolar Indígena no Processo de Revitalização Cultural Pataxó na Escola Estadual Indígena Pataxó Kijetxawê Zabelê, o presente estudo tomou como suporte o enfoque qualitativo com a metodologia da sócio-poética, tendo como grupo pesquisador professores (as), educandos (as), pais, mães, anciãos (ãs), crianças, caciques e demais lideranças das aldeias Pataxó de Cumuruxatiba, Tibá, Pequi, Matwrembá e Kaí. O trabalho analisa até que ponto a Educação Escolar Indígena desenvolvida nas aldeias citadas acima contribuem ou não para o processo de revitalização cultural dos Pataxó de Cumuruxatiba. A Educação Escolar Indígena se configura nas comunidades Pataxó como conhecimento e aprendizagem que se soma à Educação indígena tecida nos cotidianos das aldeias. Para tanto foi construído com o grupo pesquisador diálogos, entrevistas semi-estruturadas, relatos memoriais e oficinas pedagógicas como instrumentos de geração de dados. De acordo com os aprendizados e conhecimentos adquiridos com a pesquisa, percebe-se que a Educação Escolar Indígena Pataxó, mesmo diante das dificuldades e faltas representa uma estratégia de luta no processo de revitalização cultural Pataxó, onde as comunidades criam em sua práxis educativa a ressignificação destas faltas não assumidas pelo Estado com seus aparelhos de gestão.

Palavras-Chave: Educação Escolar Indígena Pataxó; Educação Indígena; Revitalização Cultural e Gestão.

INTRODUÇÃO

A pesquisa é um ato de procura, de busca, de entendimento e de entrega ao desconhecido. É um lançar-se a algo que nos interpela, que nos faz arregalar os olhos, aguçar o paladar, a sensibilidade do toque e do olfato.

Neste caminho do pesquisar, modelado, científicizado e instrumentalizado pela Academia, quando o pesquisador entra em campo se depara diante de normas construídas ao longo do seu percurso acadêmico. São os “clichês” da chamada pesquisa “científica”: O quê? Para quê? Os meios e as teorias. E assim, não foi diferente meu percurso de aprendizagem e pesquisa com o povo Pataxó de Cumuruxatiba/ Prado-Bahia.

¹ Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB e pós-graduando em Sociologia, membro do núcleo de estudos do projeto “A Academia vai à Aldeia” e pesquisador indigenista do Núcleo de Pesquisa em Educação, Educação Escolar Indígena e Interculturalidade: experiências entre os povos indígenas Tupinambá, Pataxó e Pataxó Hã Hã Hãe

A pesquisa se fundamenta num enfoque qualitativo com a abordagem da sociopoética por entender que ela permite estabelecer um diálogo mais próximo com as culturas tradicionais, sem hierarquização ou silenciamento de saberes e conhecimentos. Assim, esta pesquisa buscou analisar a Educação Escolar Indígena (EEI) no processo de revitalização cultural Pataxó na Escola Estadual Indígena Kijetxawê Zabelê, a partir de um grupo pesquisador formado por professores (as), educandos (as), pais, mães, anciãos (ãs), caciques e demais lideranças das comunidades, buscando saber em que medida o acesso à educação escolar indígena na Escola Kijetxawê Zabelê forja ou não, em sua práxis cotidiana um processo de revitalização cultural Pataxó.

Neste sentido, esta pesquisa teve como objetivos específicos Historiar a luta dos Pataxó de Cumuruxatiba pela educação intercultural indígena no contexto das políticas públicas baianas de educação escolar indígena diferenciada, específica e bilíngüe; Identificar as demandas educacionais apresentadas pelos Pataxó de Cumuruxatiba e verificar se estas estão gestadas pelo Estado; e Identificar aspectos da pedagogia que revelam em sua práxis cotidiana o processo de revitalização cultural Pataxó.

Como aporte teórico propus dialogar com Bourdieu (1998, 2004, 2007) trazendo sua contribuição na análise da educação enquanto legitimadora do status quo dominante. Freire (1970, 2002) assinalando que mesmo a educação como legitimadora do status quo dominante, pode ser um instrumento de emancipação humana e social. No campo da educação indígena e da Educação Escolar Indígena estarei dialogando com Maher (2006), Meliá (1979), Tassinari (2001), Silva (1998) e Gersem dos Santos Luciano (2006). No enfoque histórico-antropológico estarei me apoiando em Cunha (1992), Valle (2000), Ribeiro (1986), Hall (2006), Thompson (1988) e Roberto Cardoso de Oliveira (2002, 2006).

Como instrumentos de geração de dados foram utilizados como suportes a entrevista semi-estruturada com os (as) professores da aldeia Tibá, Pequi, Matwrembá e Kaí e oficinas pedagógicas com as crianças da aldeia Pequi e com professores (as) indígenas Pataxó, fotos, desenhos, gravações, diálogos em grupos, brincadeiras, diário de campo, filmagens e principalmente o convívio que se estabeleceu com as comunidades.

A produção das informações e ou dados com pais, mães, anciãos (ãs) e demais lideranças da comunidade deu-se de maneira informal no cotidiano das aldeias durante as visitas de estudos e de vivências em seus rituais e fazeres que me foram permitidos participar.

QUEM SÃO OS PATAXÓ

Sob o olhar antropológico, o povo Pataxó pertence ao tronco lingüístico Macro-jê e à grande família Maxakali, sendo distribuído em 29 aldeias nos Estados de Minas Gerais, sendo uma no município de Carmésia desde o início da década de 80 e outra no município de Araçuaí em 2005; as outras estão localizadas no Extremo Sul da Bahia, sendo que 10 aldeias estão no município do Prado, entre Cumuruxatiba e a Foz do Rio Corumbau. Os Pataxó são índios Sul-Americanos, brasileiros, conhecidos como Pataxó Meridionais, diferindo-se dos Pataxó Setentrionais, ou Pataxó Hã-hã-hãe., sendo ambos do tronco lingüístico Macro-jê e da família Maxakali (BATISTA, 2000).

Na historiografia indígena brasileira, os primeiros relatos dos Pataxó são das primeiras décadas do século XIX, sendo registrados por expedições de três europeus na então capitania de Porto Seguro. O primeiro relato é do engenheiro civil Wilhem C. Feldner, em 1813 ao encontrar na vila do Prado, fundada em 1764, na então chamada política pombalina, com o objetivo de proteger a estrada da beira mar dos inúmeros índios que se refugiavam no sertão do Monte Pascoal, capitania de Porto Seguro, um grupo de Maxacali, onde consegue obter dados a partir de informantes Maxacali, quanto aos ritos de enterramento e maneiras de viver. O segundo, é datado de 1816, quando o Príncipe Maximilian de Wied encontra os Pataxó. Eis alguns relatos etnográficos apresentados pelo viajante:

No aspecto externo, os Pataxós assemelham-se aos Puris e aos Machacaris, com a diferença de que são mais altos que os primeiros; como os últimos, não desfiguram rostos, usando os cabelos naturalmente soltos, apenas cortados no pescoço e na testa, embora alguns rapem toda a cabeça e deixem um pequeno tufo adiante e outro atrás. Há os que furam o lábio inferior e a orelha, metendo um pequeno pedaço de bambu na abertura (WIED, 1989, p. 214).

Além dos aspectos físicos relatados por Wied (1989), o mesmo descreve uma cena de negociação entre os Pataxó e os moradores da Vila do Prado em 1810, sendo possível observar desde esta data o escambo Pataxó e as relações com os colonos da Vila.

Eram tribos Patachós, da qual eu não tinha visto nenhuma até então, e haviam chegado poucos dias antes das florestas, para as plantações. Entraram na vila completamente nus, sopesando armas, e foram imediatamente envolvidos por um magote de gente, traziam para vender grandes bolas de ceras, tendo nós conseguido uma porção de arcos e flechas em troca de lenços vermelhos (WIED, 1989, p. 214).

Nesta perspectiva, “Podemos compreender que o ser social é aquilo que foi; mas também que aquilo que uma vez foi ficou para sempre inscrito não só na história, o que é óbvio, mas também no ser social, nas coisas e nos corpos” (BOURDIEU, 2007, p. 100).

Com a chegada da família Real em 1808, é decretada “guerra justa” aos botocudos de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, decretando-se a escravidão temporária para os índios do Brasil. Marcando assim o início da colonização do Extremo Sul baiano, “[...] região, assim resguardada [em que] retardou por alguns séculos o contato dos povos macro-jê dos sertões do leste com as frentes pioneiras, inclusive os bandeirantes paulistas, devassadores das matas” (VALLE, 2000, p. 68).

Em sua tese de doutorado, Valle (2000, p. 69) coloca que em 1808 a população de Trancoso, Juacema, Caraíva, Kaí e Cumuruxatiba era remanescente Tupiniquim e considerada como aliada, sendo que os Pataxó co-existam e convivam pela praia “atrevidos e valente”, “sem domicílio certo, vivendo de pesca, caça e furtos”, mostrando a recusa em fazer contato com as frentes de expansão.

É notório colocar que a partir de 1808, com a chegada da família Real no Brasil, os Pataxó foram “caçados” e espoliados em nome do “desenvolvimento”, impondo a idéia de abrir o litoral para os portos e evitar a invasão de Napoleão.

Durante o Império, aos índios do nordeste foram concedidas verbas para o fornecimento de ferramentas e diversas honrarias aos diretores de índios nas províncias, restando aos índios à exploração, onde muitos abandonaram suas terras, se passando por livres, sem que pudessem identificar sua condição de índios, se juntando aos bandos que andavam pelas fazendas em busca de um lugar para se fixar (RIBEIRO, 1986, pp. 52-56).

Em meio ao intenso processo de conflitos e negociações, em 1860 o governador da província da Bahia determina o agrupamento forçado de toda a população indígena da região, num lugar próximo à foz do Rio Corumbau, onde em 1861 é instituindo um aldeamento pelo Cônego Ignácio de Souza Meneses, Vigário Capitular, aos cuidados da Ordem Franciscana dos Capuchinhos, que seria no mesmo território do aldeamento Bom Jardim de Monte Pasqual, “[...] que existe pelo menos desde 1815-1817, onde para lá foram arregimentados não apenas Pataxó, mas outros grupos que resistiam ao processo de colonização como os Botocudo, Aymoré, Tupiniquim, Kamakã, Meniã e Massajais, aldeamento que veio depois a se chamar atual Barra Velha” (TEMPESTA e SOTTO-MAIOR, 2005, pp. 11-12). É importante salientar, que sendo a grande maioria da etnia Pataxó, o cotidiano da aldeia era marcado e legitimado por esta, levando as demais etnias a adotarem as práticas e vivências Pataxó.

DIÁSPORA PATAXÓ: “O FOGO DE 1951”

Ao contrário dos povos indígenas do Amazonas, que foram considerados pelas frentes de expansão com mão-de-obra, os povos indígenas do Nordeste foram considerados como empecilho que deveriam ser limpados juntamente com a mata para encher de pastos para o gado. Na fronteira da exploração madeireira e da pecuária se lançaria sobre o território do Extremo Sul baiano a expansão agrícola, com plantações de cacau, que somando-se a procura no mercado mundial e a decadência das lavouras de cana-de-açúcar, fumo e algodão, se expandiu na Floresta Atlântica, levando ao genocídio de famílias Pataxó e Kamakãm (RIBEIRO, 1986, pp. 99-100).

Darcy Ribeiro (1986, pp. 232- 236), em seu livro “Os Índios e a Civilização”, relata em dois quadros a situação em que se encontravam os Pataxó em 1900, como índios isolados, e a matança provocada pelas frentes de expansão e pelo velamento estatal que em 1957 já eram considerados como povo extinto.

É neste sentido, que o “fogo de 1951” é considerado como a diáspora Pataxó. O mesmo acontece em meio à sobreposição do Parque Nacional do Monte Pascoal ao Território Pataxó e a intrigas causadas por dois homens, supostamente do SPI, onde a história não registra os nomes, apenas suas apresentações como engenheiro e tenente, sendo ambos os funcionários do governo, que num contexto marcado por injustiças incentivaram os índios da Aldeia de Barra Velha a saquearem um armazém de comércio em Corumbau e

na Barra do Kaí e cortar a linha telegráfica. É neste momento, que é desencadeado uma verdadeira chacina pela polícia militar do Prado e Porto Seguro, juntamente com capangas de fazendas vizinhas por mais de 3 décadas. No livro “Barra Velha: o último refúgio”, Oliveira relata que:

Dentro das casas os índios se jogavam no chão. As balas batiam como tochas de fogo, arrancando o reboco das paredes e partindo as tabuinhas dos telhados. Logo depois, começaram a ouvir tiros vindo do outro lado também e compreenderam que estavam cercados... os índios presos iam sendo amarrados com as mãos para trás [enquanto] uma imensa fila de índios amarrados foi saindo da aldeia. As crianças agarravam-se a seus pais, muitos estavam pisando pela última vez o solo de Barra Velha” (OLIVEIRA, 1985, pp. 21, 23-24).

Desta forma, é a partir da violência do “fogo de 1951” que passou a ser conspirada a diáspora Pataxó, levando muitos (as) a se esconderem nas casas de parentes em cidades vizinhas como Prado, Alcobaça, Itamarajú, Teixeira de Freitas, Cumuruxatiba, etc. e em outros estados. Onde, esconder sua identidade étnica, tornou-se um meio de sobrevivência, aceitando a denominação genérica de “caboclos”. Para Roberto Cardoso de Oliveira (2002, pp. 42-43), a categoria “caboclo” pode ser considerada um sintoma dos sistemas de exploração econômica e política em que segmentos regionais da população brasileira exerceram e exercem em muitas regiões sob os povos indígenas. Nesta perspectiva, a negação da sua identidade Pataxó tornou-se a única via de aceitação dos (as) mesmos (as) no meio da sociedade.

O PROCESSO DE RETOMADA DO TERRITÓRIO IMEMORIAL COMECHATIBÁ E O PROCESSO DE REVITALIZAÇÃO CULTURAL

A revitalização cultural dos Pataxó de Cumuraxiba se desencadeia em sua retomada étnica de “caboclos” para Pataxó, no momento em que 120 famílias Pataxó decidiram deflagrar o processo de reconhecimento de sua identidade étnica, de luta pela retomada e demarcação do seu território imemorial, em abril do ano 2000, onde foram expulsos e violentados por ação de pistoleiros, durante a comemoração dos 500 anos do desembarque do português Nicolau Coelho na Barra do Kaí e da tripulação da esquadra de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro (BATISTA & SILVA, 2007, p. 4). Em 2003, os Pataxó retornaram com um número maior, decidindo lutar pelo seu território imemorial e pelo seu reconhecimento étnico.

Para Bourdieu (2007) o poder simbólico só se exerce se for reconhecido. Desta forma, na medida em que os Pataxó de Cumuruxatiba assumiram sua identidade étnica juntamente com a retomada do seu território, começou a destruição do poder simbólico de imposição do *status quo* dominante, numa busca incessante de sua revitalização cultural, até então adormecida como estratégia de sobrevivência.

Bourdieu, ainda salienta que:

A revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de intimidação que ela exerce tem em jogo não como se diz, a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação colectiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade, de que o dominado abdica em proveito do dominante, enquanto aceita ser negado ou negar-se (e negar os que, entre os seus não querem ou não podem negar-se) para se fazer conhecer (BOURDIEU, 2007, p. 125).

Neste sentido, a revitalização cultural Pataxó torna-se uma construção cotidiana, um retorno ao seu território imemorial, às suas práticas tradicionais e aos direitos conquistados junto ao Estado.

A etnôgênese Pataxó em Cumuruxatiba ocorre a partir do momento em que os Pataxó abandonam a categoria de ‘caboclos’ incorporada com a diáspora do fogo de 1951 e retomam seu território imemorial de ‘Comechatibá’. É em 2000, no retorno da antiga vila índia de Cumuruxatiba e nas construções das aldeias Tibá, Pequi, Alegria Nova, Matwrembá e Kaí que os Pataxó de Cumuruxatiba começam a orgulhar em serem nativos e expressarem sua ancestralidade.

Desta forma, os Pataxó de Cumuruxatiba que se deixaram silenciar como estratégia de sobrevivência por detrás da categoria caboclo, passam a reivindicar o reconhecimento de sua etnicidade e territorialidade.

As Aldeias de Cumuruxatiba/Prado- Bahia

Os Pataxó de Cumuruxatiba vivem imemorialmente numa região que conseguiu até certo ponto lhe dar uma proteção, uma região geograficamente estratégica que se tornou um refúgio aos massacres a que foram submetidos até meados dos anos 70.

Cumuruxatiba/ Prado-Bahia, localiza-se a 805 Km da capital Salvador, 110 Km de Teixeira de Freitas e 32 Km do seu município Prado, tendo como acesso terrestre a BR 101. Atualmente Cumuruxatiba se apresenta como um grande pólo de desenvolvimento turístico, atraindo redes de hotéis e *resorts*, que nem sempre caminha com a qualidade e melhoria de vida para as populações nativas do lugar. Pelo contrário, tais empreendimentos não raro, vem contribuindo para pressioná-los ainda mais aos processos integradores.

Como já foi dito, os Pataxó, em Cumuruxatiba estão localizadas 5 aldeias (Tibá, Pequi, Alegria Nova, Matwrembá e Kaí). Neste espaço convivem com os impactos da especulação turística da região e os conflitos com a Unidade de Conservação (UC) do Parque Nacional do Descobrimento (PND). Desta forma, o ser Pataxó vem sendo experimentado e tecido de diferentes maneiras em cada aldeia, no contexto de seus processos de revitalização cultural firmado e de luta pelo seu território imemorial, sendo construído em sua práxis cotidiana a produção do ser Pataxó diversificado e às vezes peculiar a cada comunidade. Assumindo elementos de identidade e união na ancestralidade, na luta pelo seu território imemorial e no conjunto de seu monumento simbólico.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DOS PATAXÓ DE CUMURUXATIBA/PRADO- BAHIA

Após a retomada de seu território imemorial, a partir do ano 2000, quando retomaram a Fazenda Boa Vista na Barra do Kaí, os Pataxó de Cumuruxatiba, se reconheceram diante da dificuldade de acesso a uma educação diferenciada e específica, que fosse um instrumento posto a favor de seu processo de reetnização e revitalização cultural. Assim, a única Escola Estadual Indígena mais próxima que poderiam se vincular era a Escola Indígena da aldeia de Corumbalzinho, cuja distância é mais que 30 Km do povoado de Cumuruxatiba. Um percurso longo e perigoso, visto que no caminho há presença de muitos caçadores, traficantes de madeira ilegal e pistoleiros que protegem as grandes fazendas. Assim, algumas famílias preferiram manter suas crianças e adolescentes nas escolas regulares de Cumuruxatiba, enquanto outras conquistaram a vinculação de 4 salas de aula à Escola de Corumbalzinho, enquanto lutavam pela sua própria escola.

Diante do preconceito e despreparo das escolas urbanas tratarem os povos indígenas e o inserirem em seus currículos e as dificuldades com as salas vinculadas, a comunidade criou a Escola Estadual Indígena Kijetjawê Zabelê, símbolo da luta Pataxó pela sua revitalização cultural e retomada territorial.

A Escola Estadual Indígena Kijetxawê Zabelê

A Escola Estadual Indígena Kijetxawê Zabelê foi criada pela Portaria Nº. 1181 Código 78223, em 25 de fevereiro de 2006, após intensas lutas e reivindicações do povo Pataxó frente ao Estado pela EEI intercultural, diferenciada e específica de qualidade. A escola é uma conquista de um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e uma homenagem à Dona Zabelê, que ainda muito jovem foi expulsa da aldeia de Barra Velha por ocasião do “Fogo de 1951”, onde grande parte de sua família se fixou em Cumuruxatiba. Dona Zabelê resistiu bravamente, sempre reafirmando sua identidade étnica Pataxó, e hoje vive na aldeia Tibá com os (as) parentes, sendo considerada por Cornélio Oliveira (1985) como a única falante que domina o idioma Pataxó, o Patxohã.

O nome da escola tem sua origem nas palavras Kijetxawê, que no Patxohã quer dizer “casa onde se experiencia a cultura” e Zabelê, nome de um pássaro. Em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), os Pataxó de Cumuruxatiba definem a escola como uma:

[...] proposta intercultural, bilíngüe, indígena Pataxó, diferenciada, de qualidade, democrática, participativa e comunitária. Um espaço cultural de socialização e desenvolvimento do aprendizado do (a) educando (a) e da co-evolução interacional coletiva, preparando a todos (as) para o pleno exercício e gozo dos direitos e do cumprimento dos deveres, como cidadão e cidadãs brasileiros (as) (PPP, 2006, p.10).

A escola tem suas salas nucleadas nas cinco aldeias, sendo a sede na aldeia Tibá, e pertence à DIREC 9 de Teixeira de Freitas- BA, sob a coordenação regional do Pataxó Sadraque, responsável pela EEI na DIREC 9. Atualmente oferece Educação Infantil, séries iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A escola está fundamentada nos princípios de diversidade natural, ecológica, socioambiental, sociocultural e socioeconômica; participação livre e aberta a toda comunidade nas decisões da educação; universalização da Igualdade de acesso à

educação e ao conhecimento; permanência e sucesso na progressão e conclusão do aprendizado; obrigatoriedade e gratuidade escolar da Educação Básica Indígena, intercultural e diferenciada em todos os níveis e modalidades. Tendo como objetivos garantir o acesso, a permanência e a progressão dos (as) educandos (as) à EEI intercultural, específica, diferenciada e bilíngüe às crianças, jovens e adultos das aldeias Pequi, Alegria Nova, Kaí, Tibá e Matwrembá e revitalizar o “patxohã”, e ou, “a língua do guerreiro”, idioma pataxó, sua língua materna.

No PPP constam ainda outros elementos do processo de gestão da escola Kijetxawê Zabelê, como a autonomia na construção do seu currículo e na escolha e indicação dos (as) educadores (as), feito pelos pais, mães, membros das comunidades, lideranças, o cacique e os (as) mais velhos (as).

Desta forma, se observa na Escola Estadual Indígena Kijetxawê Zabelê uma proposta educacional de autodeterminação, participação e gestão do aprendizado, onde as comunidades, e, sobretudo os (as) mais velhos (as) decidem os caminhos da escola. No entanto, uma vez que a EEI é coordenada pelas políticas públicas de Estado, as propostas da Escola Estadual Indígena Kijetxawê Zabelê terá uma efetivação a partir do momento em que o Estado cumpra as legislações em que a EEI está amparada e fundamentada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada junto a Escola Estadual Indígena Pataxó Kijetxawê Zabelê nas aldeias Tibá, Pequi, Matwrembá e Kaí, analisando a educação escolar indígena no processo de revitalização cultural Pataxó na referida escola, percebe que a EEI está sendo de fundamental importância para o povo Pataxó, uma vez que a comunidade a assume e ressignifica como elemento de luta pela sua reafirmação étnica e na luta pelo seu território imemorial. Tendo como tronco matriz dentro da escola a cultura Pataxó em que se fundamentam as práxis educativas.

Observa-se nos dados e informações da pesquisa que mesmo diante das dificuldades e faltas apresentadas pelos (as) professores (as) e as crianças, pelo não cumprimento das políticas públicas que se tem conquistado pelo Movimento Indígena e demais

organizações indigenistas no Brasil e no Estado da Bahia, há um esforço dos (as) professores (as) Pataxó, em estar suprindo estas faltas com pesquisas e construção de materiais pedagógicos no auxílio da aprendizagem dos (as) educandos (as). Neste sentido, na pesquisa ficou claro que um dos maiores entraves na EEI dos Pataxó de Cumuruxatiba é a falta de estrutura nas escolas (eletricidade, banheiros, bebedouros, etc.) desencadeada também pelo conflito com as UC's, a falta materiais didáticos, de uma formação continuada para os (as) professores (as) e da valorização da categoria (a) professor (a) indígena com abertura de concurso público.

Nos diálogos tecidos com o grupo pesquisador ficou evidenciado que a educação escolar indígena está inserida na educação indígena Pataxó que é vivenciada e construída no cotidiano das comunidades, sendo esta específica e diferenciada a partir das peculiaridades de cada aldeia. Forjando uma identidade Pataxó que se difere de uma aldeia para a outra, tendo como elemento de união os rituais, a ancestralidade e a luta pelo território imemorial de Comechatibá.

Nas vozes das crianças Pataxó da aldeia Pequi foi possível compreender a educação escolar indígena tecida na Escola Kijetxawê Zabelê, uma educação em que o brincar, o ler, o escrever e o contar não estão dicotomizados, mas ocorrem numa circularidade em que o (a) professor (a) não tem necessidade de se legitimar ou “tronificar” perante os (as) educandos (as) para ser respeitado ou obter a atenção.

Desta forma, pode-se inferir com esta pesquisa que a Educação Escolar Indígena vivenciada na Escola Estadual Indígena Kijetxawê Zabelê, mesmo diante de faltas e dificuldades daquilo que é instituinte consegue trazer uma contribuição para a revitalização cultural Pataxó. Isto se deve, ao esforço da comunidade em dialogar com a cultura Pataxó, nas subversões tecidas no cotidiano da comunidade que não desvinculam esta educação escolarizada a educação maior que perpassa a comunidade, a educação indígena Pataxó. No entanto, é importante ressaltar que a autonomia indígena será possível na medida em que o Estado honrar com os deveres para com este povo que ainda continua sendo alijado dos seus direitos básicos.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli E.D. A; LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 1 ed.. São Paulo: EPU, 1986.

BARBIER, René. **A escuta sensível em educação**. Rio de Janeiro: Cadernos Amped, n. 5, pp. 187-216, 1993.

BATISTA, Maria Geovanda. **Nos rizomas da alegria vamos todos hãmiyá**: as múltiplas relações entre o corpo e o território no imaginário sociocultural Pataxó. Dissertação (Mestrado). Universidade de Quebec, 2000.

_____; SILVA, Paulo de Tássio Borges da. **Construção curricular da etnia Pataxó nas aldeias de Cumuruxatiba- BA**, anais do I encontro de educação, marxismo e emancipação humana no território de Irecê: textos completos. Félix, Cláudio Eduardo; OLIVEIRA, Sheila Briano de; MOREIRA Romilson (orgs). Irecê-BA: FAPESB, V. 1, n. 1, pp. 50-58, 2007.

BHABHA, Homi K.. **O Local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim (Trad.).

_____. **Escritos de educação**. 6 ed.. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (org).

85

_____. **A Economia da trocas simbólicas**. 5 ed.. São Paulo: Perspectiva, 2007. Sérgio Miceli (org).

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2006.

COSTA, Fernando César Coelho da. **Centrais sindicais e sindicatos no Brasil dos anos 90**: O caso Niterói. 1 ed.. Niterói: EDUFF, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org). **História dos índios no Brasil**. 2 ed.. São Paulo: Cia das letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992. para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 2 ed.. São Paulo: Cortez, 1986.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: Uma introdução à antropologia social. 5 ed.. São Paulo: Rocco, 1997.

ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA KIJETXAWÊ ZABELÊ. **Projeto político pedagógico**. Cumuruxatiba/ Prado- BA, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25 ed.. São Paulo: Paz e Terra, 2002- (coleção leitura).

_____. **Pedagogia do oprimido**. 22 ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GAUTHIER, Jacques. **Mudança de paradigma e mudança de episteme na pesquisa**: A contribuição da sociopoética . Florianópolis: Mimeografado, 1999.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: EDUFMG, 2006.

LAPASSADE, Georges. **Grupos, organizações e instituições**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

LOURAU, René. **A análise institucional**. 2 ed.. Petrópolis: Vozes, 1995.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/ Museu Nacional, 2006.

MAHER, Terezinha Machado. In: GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (org). **Formação de Professores Indígenas**: Repensando trajetórias. Brasília: MEC, SECAD, 2006.

MELIÁ, Bartolomeu. **Educação indígena e alfabetização**. São Paulo: Editora

Loiola, 1979.

OLIVEIRA, Cornélio Vieira de. **Barra velha**: o último refúgio. 1 ed.. Londrina-PR: A.N. Impressora Ltda, 1985.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: A integração das populações indígenas no Brasil moderno. 5 ed.. Petrópolis: Vozes, 1986.

SILVA, Rosa Helena Dias da. **A autonomia como valor e a articulação de possibilidades**: um estudo do movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre, a partir dos seus encontros anuais. Quito: Abya Yala, 1998.

TASSINARI, Antonella Maria I. **Escola indígena**: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. FERREIRA, Mariana Kawall; SILVA, Aracy Lopes da (org.). Antropologia, História e Educação: a questão indígena e escola, 2001.

TEMPESTA, Giovanna Acácia; SOTTO-MAIOR, Leila Bungler. **Relatório de fundamentação antropológica**: GT de revisão de limites de Barra Velha e identificação de Corumbauzinho. Brasília, 2005.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. 2 ed.. São Paulo: Schwarcz, 1988.

VALLE, Cláudia Neto do. **Sou brasileiro, baiano, Pataxó**. (Dissertação de Mestrado), PUC-SP, 2000.

WIED-NEUWIED, Maximiliano. **Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.